# SUMÁRIO

1. **ANÁLISE DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO (ART.14)** 3..

# SUSTENTAÇÃO DO CONTRATO (ART.15) 3..2

**3 ESTRATÉGIA PARA A CONTRATAÇÃO (ART.16)** ...........................3..7..

# 4 ANÁLISE DE RISCOS (ART. 12, IV) 4..1..

**ANEXO A – REQUISITOS DE DESENVOLVIMENTO** ...........................4..4...

# ANEXO B - LISTA DE POTENCIAIS FORNECEDORES 4..8..

**ANEXO C – CONTRATAÇÕES PÚBLICAS SIMILARES** 4..9..

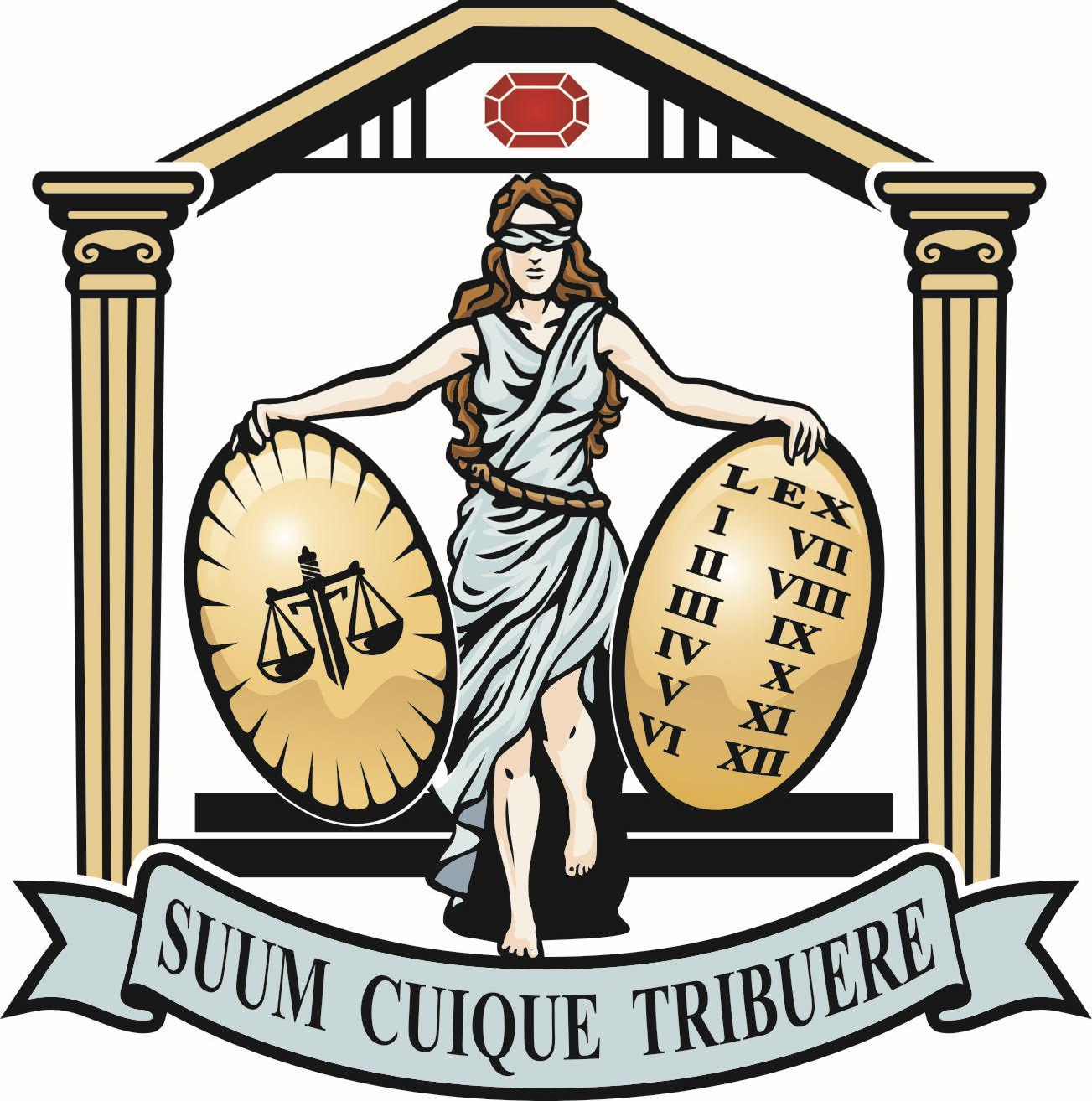
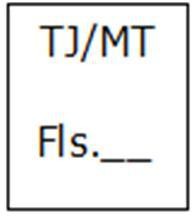
# ANEXO D – CATÁLOGO DE SERVIÇOS 5..7.

**ANEXO E – DOCUMENTO GARTNER** 6..9..

# ANEXO F – DOCUMENTOS DE BOAS PRÁTICAS, ORIENTAÇÕES E VEDAÇÕES - MPDG 8..1..

ANEXO G– FORMULARIO DE AVALIAÇÃO DE CAPACITAÇÃ.O 9..2.

# ANEXO F – OFÍCIO Nº. 033 CN-CNJ E OFÍCIO Nº. 57/2016/LAI TCE 94



**1 ANÁLISE DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO (ART.14)**

**Contextualização**

É cediço que este PJMT não provê de recursos humanos suficientes e específicos para mantença dos portais corporativos. Tentou-se, por algum tempo, via Departamento de Sistemas e Aplicações (DSA) - Coordenadoria de Tecnologia da Informação, viabilizá-los, mas constatou-se que no mercado existem opções que se encaixam na demanda, com mais performance que o trabalho caseiro - plataforma CMS desenvolvida pelo TJMT- não justificando, assim, a mantença de desenvolvimento de produto com mão de obra exclusiva.

Nessa esteira, em 2017, este PJMT firmou um contrato - Contrato 152/2017 - para viabilizar a implantação, migração, desenvolvimento, customização e sustentação dos portais. Contudo, após o transcurso de 11 meses, não foi possível obter uma execução contratual compatível para com os requisitos outrora delineados, motivo pelo qual o Exmo. Sr. Des. Carlos Alberto Alves da Rocha - Presidente deste Sodalício, em 05/02/2019, determinou a rescisão unilateral, com aplicação de penalidade de multa, cumulada com a sanção de licitar com este Tribunal de Justiça pelo período de 12 (doze) meses, para com a então Contratada.

Desta feita, serve o presente para dar início à continuidade do desenvolvimento/padronização das estruturas dos novos portais corporativos deste PJMT, em consonância com a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, Decreto Legislativo nº 186/08, documento internacional WCAG (Web Content Accessibility Guide lines: Recomendações de Acessibilidade Conteúdo Web), e Resoluções 102/2009, 151/2012, 215/2015 e 226/2016-CNJ.

Vale lembrar que a falta de atendimento às especificações legais, aos critérios de acessibilidade e às Resoluções do CNJ, implicou em apontamentos pelos órgãos de controle, tais como TCE e CNJ. Corolário disso é que no ano de 2016, um Ofício oriundo do CNJ (Ofício nº. 033 CN-CNJ) e outro do TCE (Ofício nº. 57/2016/LAI) aportaram neste Poder, solicitando o aprimoramento das informações contidas nos portais, as quais ainda não foram resolvidas devido a inexecução do Contrato nº. 152/2017.

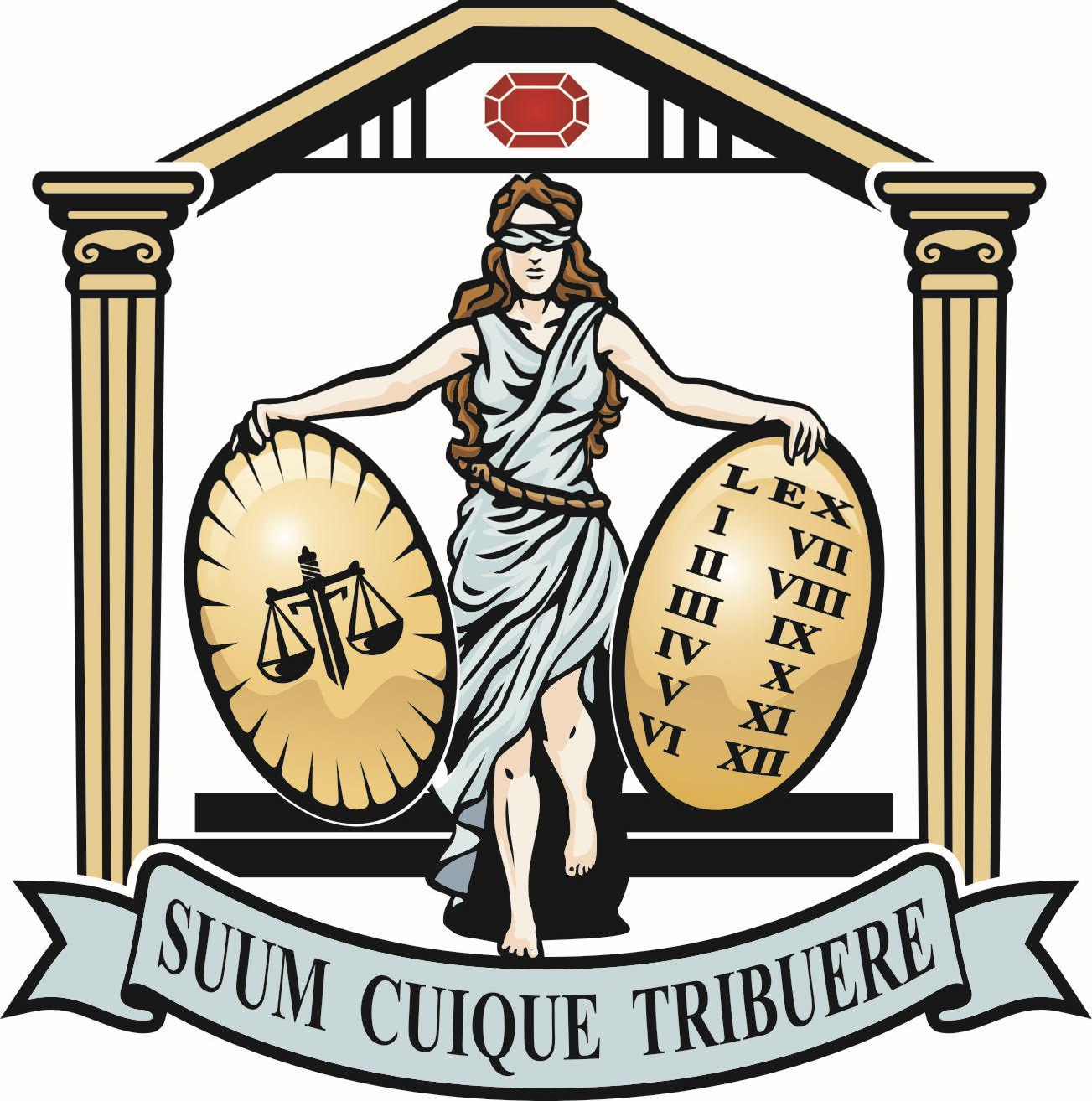
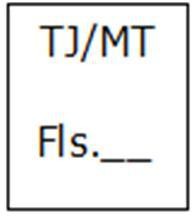
Para além desses argumentos legais, há de se registar que forma registrados 2.606 chamados entre os anos de 2016 a 2018, relativos a portais e à ferramenta de gestão de conteúdo, dentre estas se destacam, solicitações de desenvolvimento de novas funcionalidades, correções, alterações, suportes, dentre outros, tais números são apresentados no quadro a seguir:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Portais** | **2016** | **2017** | **2018** | **Total** |
| CMS - Sistema Gerenciador de Conteúdo | 138 | 151 | 224 | 513 |
| Intranet | 38 | 279 | 662 | 979 |
| Portal dos Magistrados | 23 | 43 | 103 | 169 |
| Site Corregedoria | 4 | 6 | 14 | 24 |
| Site do PJMT | 272 | 419 | 68 | 759 |
| Site do PJMT - Serviços | 28 | 107 | 27 | 162 |
|  | | | | **2.606** |

**Tabela 1 - Quantitativo de chamados**

Analisando-se os registros provenientes da Central de Atendimento, verifica-se que no ano de 2018 foram atendidos 1.098 (mil e noventa e oito) chamados relativos a portais e ferramenta de gestão de conteúdo (solicitações direcionadas ao setor de desenvolvimento de sistemas, as quais demandaram o desenvolvimento de novas funcionalidades, correções, alterações, dúvidas, pedidos de informações, suportes, dentre outros).

Desta feita, resta clara a necessidade de investimento em métodos, procedimentos e ferramentas adequadas que possibilitem o compartilhamento e o fornecimento de informações com celeridade, eficiência, eficácia e segurança, resguardando a integridade, confidencialidade, disponibilidade e atendendo aos ditames legais, de modo que as informações de interesse dos mais diversos públicos deste Poder Judiciário sejam disponibilizadas.



Estudos Preliminares

***CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE DESENVOLVIMENTO, IMPLANTAÇÃO, CUSTOMIZAÇÃO E SUSTENTAÇÃO DE PORTAIS CORPORATIVOS DO PJMT, COM CAPACITAÇÃO E SUPORTE.***